

Literatura indígena no currículo dos cursos de letras: um namoro possível?

Fabília Nayara Barreto da Silva (IC)

Mariany Aline Pereira Santos (IC)

Ema Marta Dunck Cintra (PQ)

CÂMPUS GOIÂNIA - PIBIC/PIBIC-AF

CÂMPUS GOIÂNIA - PIBIC/PIBIC-AF

EMA.CINTRA@IFG.EDU.BR

Palavras-chave: *Literatura indígena. Decolonialidade. Colonialidade. Diversidade. Minoria.*

Introdução

Fala-se muito em decolonizar os currículos e valorizar a diversidade de conhecimento, em detrimento ao modelo acadêmico eurocêntrico. A pesquisa “Literatura Indígena no currículo dos cursos de Letras: um namoro possível?” propôs a discussão dessa temática. O Brasil é um país multicultural, multilíngue, com mais de 180 povos indígenas (Jecupé, 1998) e, por isso, é necessário questionar a ausência da Literatura Indígena nas licenciaturas em Letras. Sabe-se que a lei 11.645/2008 pauta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro e indígena e isso implica que instituições de ensino superior formem docentes para tal. Desse modo, a pesquisa discutiu sobre a importância de se decolonizar o pensamento, trazendo para dentro do currículo de letras outras racionalidades como a literatura indígena.

Metodologia

A pesquisa, de abordagem predominantemente qualitativa (Minayo, 2016), iniciou-se com revisão bibliográfica sobre os temas colonialidade, decolonialidade (Mignolo, 2003) e currículo. Em seguida fez análise documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de letras ofertados em Goiânia, observando se a literatura indígena era pautada e se a produção literária indígena aparece nos PPCs. Sobre os dados foi feita a análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Resultados e Discussão

Foram analisados os PPCs dos cursos de Letras ofertados pelo IFG, pela UFG e PUC. Os dados mostraram que a temática indígena aparece na introdução/apresentação do curso, ao que tudo indica pela obrigatoriedade legal, no entanto, no desenvolvimento das ementas não é o que se observa. Há casos raros de se referir às línguas

indígenas, mas no desdobramento das ementas, não aparecem como possibilidades de estudo. Porém, o que mais chamou a atenção é que em nenhuma disciplina obrigatória a literatura ou cultura indígena são referências de estudo. O que não possibilita, aqui, trazer um dado ou citação dos PPCs em relação à temática, objeto da pesquisa.

Conclusões

Fica evidente o déficit formativo em relação à cultura de seu próprio país e o atraso/descaso da academia em preparar docentes sobre a diversidade brasileira. Afinal, em nenhuma das matrizes analisadas a literatura indígena está presente, tampouco autores indígenas fazem parte das referências bibliográficas. Isso demonstra quão urgente se faz decolonizar o currículo, trazendo para dentro da academia outros saberes. Que os resultados possibilitem discussões sobre as matrizes curriculares de modo que se diversifique e enriqueça o arcabouço teórico das redes de ensino superior de Goiânia e do Brasil, valorizando os povos indígenas e a literatura produzida por eles.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurenci. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

JECUPÉ, Kaká W. *A terra dos mil povos: História indígena brasileira contada por um índio*. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 1998. 115 p. ISBN 85-85663-24-3

LUCIANO, Gersen dos Santos (BANIWA). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação/Secad; Museu Nacional, 2006.

MIGNOLO, Walter. *Histórias globais/projetos locais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos). p. 9-28.